

DISCURSO POLÍTICO-MIDIÁTICO PALMENSE: uma análise de dizeres do Jornal Opção Tocantins sobre o início da gestão de Eduardo Siqueira Campos

PALMENSE POLITICAL-MEDIA DISCOURSE: an analysis of words from Jornal Opção Tocantins about the beginning of Eduardo Siqueira Campos' administration

DISCURSO POLÍTICO-MEDIAL EN PALMENES: un análisis de declaraciones del Jornal Opção Tocantins sobre el inicio del gobierno de Eduardo Siqueira Campos

Thiago Barbosa Soares

Professor adjunto no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador Bolsista de produtividade do CNPq.

thiago.soares@mail.uft.edu.br



0000-0003-2887-1302

Correspondência: Universidade Federal do Tocantins - Campus Porto Nacional, Rua 3, Quadra 17, Lote 11, s/nº, CEP 77500-000, Porto Nacional - TO, Brasil.

Recebido em: 25.01.2025.

Aceito em: 10.03.2025.

Publicado em: 02.06.2025.

RESUMO

Este artigo objetiva investigar as relações de saber-poder existentes na matéria "Entre as ruas e os gabinetes: o contraste entre Eduardo Siqueira Campos e Cinthia Ribeiro" (Milhomem, 2025), publicada no portal virtual Jornal Opção. Para alcançar a propositura traçada para este estudo, emprega-se o consagrado instrumental da Análise arqueogenológica do Discurso, por meio do emprego de seus conceitos operacionais, unidade de discurso, objetivação e governamentalidade, esses instrumentos são aplicados no processo de investigação das dinâmicas de saber-poder presentes no objeto de análise deste estudo. Como resultado, foi possível identificar as unidades de discurso populista e burocrático, além disso, diante da concretização da objetivação, constatou-se a participação da governamentalidade, não por parte de uma instância governamental, mas por uma agência de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso político; Discurso midiático; Arqueogeneologia do discurso.

Considerações iniciais

A mídia atua, em todas as suas vertentes, como extensão do fazer político para o representar à população. A política faz, com suas práticas públicas e privadas, apelo ao consentimento dos eleitores, ainda que isso nem sempre se torne nítido. Mídia e política, atores integrantes do circuito social contemporâneo, desempenham funções integrativas em relação às atividades desenvolvidas tanto no campo quanto na cidade, embora, em síntese, uma devesse informar pessoas e a outra devesse gerir e fiscalizar o uso de recursos do contribuinte, ambas se repercutem em um processo de retroalimentação.

A partir de uma chave mais idealista e pouco reflexiva de compreensão dos fenômenos sociais, tal como precisamente Charaudeau (2017) apresenta, “É a ação política que, idealmente, determina a vida social ao organizá-la tendo em vista a obtenção do bem comum. Ao mesmo tempo, é ela que permite que uma comunidade tome decisões coletivas” (Charaudeau, 2017, p. 17). Ora, fosse como o autor exprime, a ação política antecederia a ação coletiva, a política precisaria existir antes da sociedade para a configurar, mas é precisamente ao contrário. Por outro lado, a mídia, por sua vez, mobiliza sua rede de produção de sentidos para permitir à população o conhecimento do fazer político. Todavia, Charaudeau (2015) sobre o funcionamento da mídia e como essa afeta a sociedade, diz: “O problema do recorte do mundo operado pelas mídias coloca-se de maneira diferente se o considerarmos em sua origem, ao se buscar e selecionar os acontecimentos ou em seu término, uma vez concluída a seleção” (Charaudeau, 2015, p. 142).

Como uma das responsáveis pela comunicação entre a política e a população, a mídia, em suas variadas vertentes, possui papel significativo na construção da percepção que a esfera cidadã faz da atuação política. De maneira urdida na concepção abstrata, a esse respeito, Charaudeau (2015) diz: “A estruturação do espaço social depende da instância fornecedora de informação que é obrigada a construir seu propósito gerenciando a visibilidade pública dos acontecimentos de que trata” (Charaudeau, 2015, p. 143). Em oposição qualificada à discriminação midiática explicitada por Charaudeau (2015), verifica-se, frequentemente, um jogo de interesses políticos, até mesmo partidários, na promoção da comunicação no circuito coletivo desempenhada por inúmeros veículos de informação.

Com esse horizonte delineado acerca da conexão entre mídia e política, este artigo objetiva investigar as relações de saber-poder existentes na matéria “Entre as ruas e os gabinetes: o contraste entre Eduardo Siqueira Campos e Cinthia Ribeiro” (Milhomem, 2025), publicada no portal virtual Jornal Opção Tocantins, em 15 de janeiro de 2025. Para alcançar a propositura traçada para este estudo, emprega-se o consagrado instrumental da Análise arqueogenalógica do Discurso. Dessa forma, com o objetivo de tornar mais nítida ao leitor a estrutura argumentativo-metodológica aqui desenvolvida, são apresentadas, a seguir, as seções, em negrito, subsequentes acompanhadas de uma síntese de seus respectivos conteúdos.

Aparato teórico-metodológico: definições analíticas, na qual os operadores interpretativos, unidades de discurso, objetivação e governamentalidade são inventariados. **Relações de saber-poder: uma análise do discurso político-midiático**,

nessa etapa, os instrumentos previamente detalhados são aplicados no processo de investigação das dinâmicas de saber-poder presentes no objeto de análise deste estudo, também aqui compreendido como enunciado. Por último, nas **Considerações finais**, encontram-se os apontamentos indispensáveis e as observações relacionadas ao trajeto percorrido nesta pesquisa, com o objetivo de oferecer comentários reflexivos sobre os resultados alcançados.

Aparato teórico-metodológico: definições analíticas

Nesta seção, envereda-se pela trama de sentidos que os conceitos operacionais selecionados para esta investigação trazem, de maneira a destinar-se um conjunto arquitetônico de noções, unidades de discurso, objetivação e governamentalidade, à conformação orgânica deste empreendimento, cujo objetivo é examinar as relações de saber-poder existentes na matéria "Entre as ruas e os gabinetes: o contraste entre Eduardo Siqueira Campos e Cinthia Ribeiro" (Milhomem, 2025), aqui entendida, sob a mesma matriz dos demais conceitos, como enunciado. Feitos os devidos aviamentos acerca do que aqui se tratará, inicia-se com o delineamento do que é discurso, já que a propositura traçada para este artigo, além do próprio quadro analítico eleito assim demandar tal definição, é, em primeira instância, um esquadramento discursivo de determinadas relações em um dado objeto.

De acordo com o aporte arqueogenealógico, o discurso, por se constituir de um conjunto de enunciados, segundo Foucault (2009), "o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos" (Foucault, 2009, p. 49). Desse prisma, o discurso é um efeito do conjunto de dizeres que se pretendem representar uma realidade; o discurso é uma prática social derivada da própria produção de sentidos. A esse respeito, Foucault (2009) assevera: "o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si" (Foucault, 2009, p. 49). Assim, tem-se que o discurso é construído a partir da confecção de sentidos, cujo objeto limitante de suas fronteiras é sua forma, ainda que esse não seja capaz de lhe esgotar os dizeres.

Se o discurso emerge com sua produção de sentidos, essa, por sua natureza heterogênea, traduz-se, como Foucault (2009) explica, "como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem" (Foucault, 2009, pp. 52-53). Nesse mesmo direcionamento, Foucault (2012), alerta: "O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele diz; e esse não-dito seria um

vazio minando, do interior, tudo que se diz” (Foucault, 2012, pp. 30-31). Em decorrência desse aviso, Foucault (2012) enuncia: “Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância” (Foucault, 2012, p. 31). Desse modo, à interpretação do discurso, como um método de investigação de sentidos, conforme preconiza Foucault (2012), “Aparece, assim, o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam” (Foucault, 2012, p. 32).

Trata-se, o procedimento de rastreamento do discurso, de unidades de discurso. Segundo Soares (2019), as unidades de discurso como expedientes reflexivos, “Por serem concebidas como não lineares e sim dispersas, não dadas a priori, (...) têm plasticidade o suficiente para serem investigadas de acordo com critérios não apenas de semelhanças e de afinidades” (Soares, 2019, p. 270), encontram-se em sintonia com tal proposta arqueogenológica de estudo do discurso. Portanto, as unidades do discurso acham-se no interior de uma matriz epistemológica segundo a qual o discurso desempenha seu papel de acordo com o próprio funcionamento social, situando-se na esfera da qual se emana o poder em todo o circuito constitutivo da sociedade e, “(...) coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política” (Foucault, 2012, p. 148, aspas do autor).

Na esteira do que foi dito acima, sobre o poder vinculado ao saber, segundo Foucault (2014), “(...) poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 2014, p. 31). Assim, o emprego da composição nocional poder-saber, aqui utilizado, bem como saber-poder, refere-se justamente a tal implicação direta entre um e outro. Conforme explicam Soares e Boucher (2024), o saber-poder “carece da compreensão sobre seu potencial rarefeito de dispersão de sentidos a partir de uma deflexão das relações de poder-saber existentes no corpo social” (Soares; Boucher, 2024, p. 66). De maneira relativamente próxima à anteriormente apresentada, Han (2020) discrimina parcela significativa do saber-poder assim: “O poder está precisamente onde não é posto em evidência. Quanto maior é o poder, mais silenciosamente atua. Ele se dá sem ter que apontar ruidosamente para si mesmo” (Han, 2020, p. 25).

Importa, aqui, apontar o saber-poder, extraído do arcabouço arqueogenealógico, como o delineador dos sentidos presentes no enunciado alvo de exame, por meio da articulação entre unidade de discurso, objetivação e governamentalidade. Uma vez que o

saber-poder constitui concurso para gerência das relações existentes no circuito coletivo, sua mobilização interpretativa, neste estudo, faz a precisa costura entre os operadores mencionados. Por essa razão, encontra-se o caminho da afinidade entre discurso e sujeito, isto é, virtualização e concretude com subjetividade. Essa, como interioridade de si, por não constar no escopo desta pesquisa, abre margem para sua contrapartida discursiva, aqui investigada: a objetivação. Foucault (2004) ao demonstrar a separação entre subjetivação e objetivação, diz: "Você não tem consigo próprio o mesmo tipo de relações quando você se constitui como sujeito político que vai votar ou toma a palavra em uma assembleia, ou quando você busca realizar o seu desejo em uma relação sexual" (Foucault, 2004, p. 275).

Há, segundo Foucault (2004), dois tipos de processos distintos, porém interligados por um conjunto de relações de saber-poder: processos de subjetivação¹ e processos de objetivação. O expediente de objetivação do sujeito em um campo de saber-poder, de comportamento normativo, e o recurso de subjetivação desses campos objetivos promovido por instituições normalizadoras, com práticas disciplinares, confessionais, entre outras. De modo mais didático, os processos de objetivação, por sua vez, dizem respeito ao modo como o sujeito pôde se tornar um objeto para o conhecimento, ou seja, como o sujeito é produzido pelos mecanismos de dispersão do discurso, como, por exemplo, a unidade de discurso. Nesse direcionamento, a análise da objetivação, leva em consideração como os indivíduos são transformados em sujeitos por meio do discurso.

A objetivação, como noção operacional, compreende a representação do sujeito em saber-poder discursivizado por práticas de agenciamento de informação, cuja institucionalização é capaz de gerar normalizações ou categorizações para os sujeitos; a objetivação ao produzir divisões que explicam, medem e classificam os indivíduos, torna os seres humanos em objeto de investigação. Dreyfus e Rabinow (1995), a respeito da objetivação, afirmam pontualmente: "o poder não aplica seu saber, suas investigações, suas técnicas ao universal, mas ao indivíduo como objeto e efeito de um entrecruzamento do poder e do saber" (Dreyfus, Rabinow, 1995, p. 176). Como, para este artigo, a objetivação encontra-se vinculada às relações de saber-poder advindas da unidade de discurso e da governamentalidade, volta-se a atenção essa última. No âmbito da governamentalidade, a objetivação ocorre quando os indivíduos são transformados em objetos de gestão e controle pelas práticas de governo.

¹ Os processos de subjetivação, tal como Foucault (2004) os descreve, referem-se ao modo como o próprio homem compreende-se como sujeito legítimo de determinado tipo de saber-poder.

Com relação à governamentalidade, Foucault (1995) afirma que: “poderíamos dizer que as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado” (Foucault, 1995, p. 247). A governamentalidade pode contar com a própria caracterização de Foucault (2008): “o que propus chamar de governamentalidade, isto é, a maneira como se conduz a conduta dos homens, não é mais que uma proposta de grade de análise para essas relações de poder” (Foucault, 2008, p. 258). A partir desse mirante, pode-se afirmar que a governamentalidade, como operador interpretativo, descreve as formas pelas quais o poder moderno se organiza para governar as condutas humanas (*conduire des conduites*) de maneira racionalizada e técnica, uma vez que “o exercício do poder consiste em conduzir condutas e em ordenar a probabilidade” (Foucault, 1995, p. 244). Em uma visada mais histórico-comparativa, a governamentalidade desloca o foco do poder centralizado (soberano) para o poder distribuído em práticas sociais, mostrando como as populações tornam-se o alvo e o recurso principal das relações de saber-poder.

De acordo com a última acepção apresentada, a governamentalidade, no sentido macro dinâmico das relações de poder, atua como um mecanismo organizativo que conduz os sujeitos e determina comportamentos em diversas esferas da vida. Essa orientação configura-se como uma matriz normativa da qual é difícil escapar sem comprometer a ordem social, pois está intrinsecamente vinculada à estrutura constitutiva do contrato social e à organização das relações entre indivíduos e instituições. Portanto, destaca-se para esta investigação das relações de saber-poder investidas na notícia “Entre as ruas e os gabinetes: o contraste entre Eduardo Siqueira Campos e Cinthia Ribeiro” (Milhomem, 2025) a governamentalidade como um sentido centralizante do discurso, que se refere ao caráter virtual da sua malha de seus elementos associativos e dispersos no circuito coletivo, para que a cadência entre a descrição interpretativa da unidade do discurso e da objetivação seja capaz de erigir os necessários degraus a lhe alcançar o funcionamento. Assim, após a devida sistematização dos conceitos que serão operacionalizados posteriormente, prossegue-se para a seção seguinte.

Relações de saber-poder: uma análise do discurso político-midiático

Nesta seção, empreende-se, no objeto de análise das relações de saber-poder, a aplicação do referencial metodológico exposto precedentemente. Para o alcance da propositura desenhada para esta investigação sem muitos percalços, convém a

explicitação de um hiato propositalmente fabricado, qual seja, a ausência do dispositivo como operador arqueogenealógico, em função de precisamente esse já ter sido amplamente examinado em outras pesquisas. Entretanto, não se pode, aqui, furtar a alguns apontamentos acerca desse dispositivo midiático virtual, uma vez que seu direcionamento predominante influencia sua produção comunicacional. Nesse direcionamento, importa destacar que o veículo no qual se encontra o enunciado “Entre as ruas e os gabinetes: o contraste entre Eduardo Siqueira Campos e Cinthia Ribeiro” (Milhomem, 2025), publicada em 15 de janeiro de 2025, Jornal Opção Tocantins, possui a orientação política de esquerda, mais coletivista. Feita a necessária ressalva, segue, abaixo, o texto da matéria, com destaque em negrito para o título.

Entre as ruas e os gabinetes: o contraste entre Eduardo Siqueira Campos e Cinthia Ribeiro

Gestão de Eduardo Siqueira começa com foco na conexão direta com os palmenses

Em apenas quinze dias de mandato, o prefeito Eduardo Siqueira Campos (Podemos) já deixou claro que o estilo de governar será muito diferente daquele adotado pela sua antecessora, Cinthia Ribeiro (PSDB). A ex-prefeita ficou marcada pela distância da população, uma líder que governava do gabinete, cercada por uma equipe que aparentava ser fiel, mas que raramente ousava discordar de suas ideias. Essa forma de gestão parecia blindá-la das críticas populares, mas também a afastava do dia a dia da cidade e das reais necessidades dos palmenses.

Eduardo, por outro lado, está trazendo para a capital um modelo de gestão que resgata o corpo-a-corpo com a população, um movimento que lembra os primeiros anos do governo Carlos Amastha (PSB). Nos poucos dias em que assumiu a administração da capital, ele já foi visto comendo em restaurantes populares, visitando casas, indo à Unidade de Pronto Atendimento (UPA), ajudando no asfaltamento de ruas, em zeladorias de praças e circulando em feiras. Essas ações podem, para alguns, parecer uma jogada de marketing ou até mesmo demagogia, mas é inegável que o contato direto com o povo cria uma percepção de que há, finalmente, alguém por trás das decisões do município, agindo de maneira mais próxima e atenta às demandas cotidianas (Milhomem, 2025).

A partir de uma leitura atenta do texto acima, localizam-se as duas discursividades, ou melhor, os campos aos quais o enunciado pertence, o midiático e o político. Pode-se afirmar, segunda a argumentatividade presente na matéria, que o âmbito político é o que se percebe primeiro, porquanto a notícia trata-se da atuação do novo prefeito de Palmas, TO, nos seus primeiros quinze dias de mandato em relação positiva à sua antecessora. Longe do idealismo sobre o papel da mídia e da função da política, ambos difundidos por Charaudeau (2015, 2017), verifica-se, no enunciado em questão, a proposição midiática de defesa e de crítica políticas, isto é, a mútua relação propositiva entre essas esferas sociais de produção de sentidos, que aqui se denomina discurso político-midiático. Ora, a implicação desse entrelaçamento pode ser mais bem entendida por meio da descrição dos operadores interpretativos.

No interior do discurso político-midiático, expresso pela matéria em foco, instauram-se duas unidades de discurso contrastantes, uma populista e outra burocrática, em virtude de descrever dois comportamentos políticos, o de Eduardo Siqueira Campos, atual prefeito de Palmas, como próximo ao povo, e o de Cinthia Ribeiro, ex-prefeita da capital tocantinense, como distante administrativamente da população. Em outros termos, a discriminação dessas personalidades, quanto às suas atuações na gestão municipal, encerra-as em polos discursivos distintos, cujas unidades de discurso retomadas são precisamente a populista para Eduardo e a burocrática para Cinthia. Embora, tais unidades de discurso possam ser remontadas ao discurso progressista, caso da unidade de discurso populista, e ao discurso conservador, caso da unidade de discurso burocrático, esse expediente nominativo não alcança o populismo conservador, tampouco abarca o progressismo burocrático.

Pelas razões indicadas acima, justifica-se a manutenção da particularidade sintagmática das unidades de discurso encontradas, populista e burocrática, como tais, em função tanto da conjuntura geopolítica macro dimensional quanto da dinâmica das relações de saber-poder engendradas no enunciado sob análise. Dessa forma, lê-se a crítica feita pelo veículo midiático, Jornal Opção Tocantins, como favorável a Eduardo Siqueira Campos e desfavorável a sua antecessora e, por extensão, a demarcação do valor positivo dado ao populismo, ao mesmo tempo, o valor negativo ofertado ao burocrático. Cabe destacar que o novo prefeito de Palmas, quando da publicação da matéria, possuía apenas quinze dias de mandato, ao passo que a ex-prefeita esteve nesse cargo por aproximadamente sete anos. Eis uma comparação um tanto quanto apressada, mas que apresenta, junto as unidades de discurso populista e burocrática, processos de objetivação do sujeito.

As práticas de objetivação do sujeito, segundo Foucault (2004), compreendem expedientes que vão desde procedimentos disciplinares, passando pelos confessionais, até os normatizadores, como a construção de sujeitos que preferem a gerência populista à burocrática. Ora, a orientação argumentativa do enunciado em questão volta-se justamente para o desenvolvimento de uma percepção segundo a qual seu sujeito, aquele que lê, que debate, que tece comentários acerca do objeto da notícia, é estruturado pelo projeto interpretativo ali presente. Tal prática, que se estende a um conjunto incontável de outras para a objetivação, encontra terreno fértil em um circuito coletivo no qual há uma carência de critérios sérios e imparciais capazes de filtrar a objetivação do sujeito derivado da unidade de discurso populista e, por conseguinte, a objetivação do sujeito oriundo da unidade de discurso burocrático faz-se pela negação da anterior.

O que se tem efetivamente nessa fabricação de sujeitos, por meio das valorações das unidades de discurso presentes em “Entre as ruas e os gabinetes: o contraste entre Eduardo Siqueira Campos e Cinthia Ribeiro” (Milhomem, 2025), é, por um lado, a composição de um sujeito idealista e ingênuo para com o político, no caso, o prefeito, que deve aparentar estar mais perto de sua população gerida, mesmo que isso seja tão somente uma encenação de início de legislatura. Por outro lado, a objetivação do sujeito descrente na administração pública tradicional, com certo distanciamento, engendra o sujeito no interior do qual a crença, também ingênuo, de que se seu prefeito, vereador, por extensão, deputado, senador e presidente, quando não são vistos fazendo algo destinado ao povo, não se há uma boa gestão. Nem um processo de objetivação, nem outro, ainda que constituam uma mesma moeda com duas faces, são produtivos, antes, parecem mais entorpecer o corpo social com simplificações sem as devidas autocríticas.

Como as relações de poder-saber carecem da aplicação de procedimentos analíticos, como esses aqui empregados, para ganhar visibilidade, conforme elucida Han (2020), a compreensão dos processos de objetivação, parte significativa de tais relações, e, sobretudo, de seus efeitos, é praticamente imperceptível sem o auxílio deste expediente investigativo. Importa destacar, no interior dessa conjuntura acerca da objetivação derivada das unidades de discurso populista e burocrático, a ausência do efeito instrutivo da educação formal, já que a presença desse no circuito coletivo seria, *mutatis mutandis*, o suficiente para incitar um debate mais amplo, com argumentos consequentes e menos enviesados, sobre a governança responsável no município de Palmas, TO.

Na medida que a objetivação, derivada da relação dialética entre duas unidades de discurso, populista e burocrática, fundamenta a representação idealizada de um personagem político e critica outro, desenvolve-se uma forma de governamentalidade. Relativamente distinta da conceituada por Foucault (1995, 2008), voltada para o governo das condutas por parte de mecanismos estatais, a governamentalidade que aqui se verifica, assenta-se na disposição informacional pretendida pela argumentatividade de dado dispositivo midiático, *Jornal Opção Tocantins*, a partir do enunciado “Entre as ruas e os gabinetes: o contraste entre Eduardo Siqueira Campos e Cinthia Ribeiro” (Milhomem, 2025), cujo valor de composição da objetivação de sujeitos pauta-se na teatralidade do visível e imediato. Eis que a matéria, de acordo com a governamentalidade segundo a qual ela instaura, não apenas cinde o entendimento sobre a gestão pública, entre o populista e o burocrático, mas enseja a preferência por um e a rejeição por outro.

Diante do direcionamento da governamentalidade presente na notícia em questão, encontra-se, pela relação das unidades de discurso populista e burocrático originárias da objetivação dos leitores e, por consequência, da orientação dada as preferências desses, a forma de conduzir comportamentos, de conduzir vontades, de conduzir o próprio governo por meio da destinação da opinião pública. Portanto, tal governamentalidade serve tanto à população, uma vez que lhe formata a percepção de boa gestão pública, quanto ao governo, já que para esse a governamentalidade joga com o que se vê de bom e de ruim com relação à própria forma de governar, gerando uma boa ou uma má representação. Em vista disso, as relações de saber-poder, que conformam o espaço social narrativizado pelo enunciado sob análise, não apenas o sintetizam muito, mas enredam a opinião pública, por meio da objetivação de sujeitos que acreditam no populismo teatral e de sujeitos que desacreditam na administração distante, a tal ponto que norteiam parte importante da governamentalidade, guiando-a para uma determinada finalidade político-midiática.

Considerações finais

De acordo com o objetivo de investigar as relações de saber-poder existentes na matéria “Entre as ruas e os gabinetes: o contraste entre Eduardo Siqueira Campos e Cinthia Ribeiro” (Milhomem, 2025), publicada no portal virtual *Jornal Opção Tocantins*, mobilizou-se o aparato teórico-metodológico da Análise arqueogenealógica do Discurso, por meio das noções interpretativas, unidade de discurso, objetivação e governamentalidade. Assim, após o processo de descrição heurística do enunciado

mencionado por seu título, conclui-se que a propositura traçada para este artigo foi alcançada, já que foi possível extrair quais as unidades de discurso, populista e burocrática, qual expediente promove a objetivação do interlocutor da notícia e, por fim, como esses dois elementos anteriormente apontados compõem a governamentalidade ou pelo menos como a modelam.

Em síntese, a partir da investigação, foi possível identificar as unidades de discurso populista e burocrático, que, além de simplificar as atuações de dois gestores com tempos muito distintos na prefeitura de Palmas, TO, respondem à orientação progressista do dispositivo midiático. Derivado da disposição argumentativa de cada uma dessas unidades de discurso, verificaram-se a constituição de um sujeito, cuja adesão dá-se ao discurso populista por meio de sua teatralidade, e de outro sujeito, cuja adesão dá-se ao discurso burocrático por meio de sua distância para com a população, sendo o primeiro sujeito valorizado positivamente pela arquitetura composicional da objetivação presente na matéria. Diante da concretização da objetivação, constatou-se a participação da governamentalidade, não por parte de uma instância governamental ou por alguma dela derivada, mas por uma agência de comunicação. Assim, a governamentalidade, como o governo de condutas, também é uma forma de influenciar a percepção da realidade dos sujeitos dentro do circuito coletivo onde vivem.

Por fim, como contribuição crítico-formativa, acredita-se que o fazer midiático, independente de seu espectro político, necessita não apenas de ética, bem como de responsabilidade com a criação da opinião pública, mas, sobretudo, de compromisso com a maior objetividade possível de descrição de fatos e com o desenvolvimento saudável do debate analítico das atuações políticas. Para que isso esteja no escopo do horizonte próximo, é importante que seja dito, como o faz Barros Filho (2018), que “o campo político é um espaço de jogo jogado por jogadores que vivem disso e segundo regras reconhecidas por todos” (Barros Filho, 2018, p. 38). Além de tal elucidação, carece dizer que, como explica Barros Filho (2018), “vivemos em tempos de deslegitimação do trabalho político. (...) Faríamos bem em ter cautela. E só assim evitaremos lastimável equívoco de banalizar o mal e anestesiar nossa indignação” (Barros Filho, 2018, p. 38).

Qualquer julgamento apressado, feito com base em quinze dias, quando há ainda mais quatro anos adiante, precisa ser mais bem desenvolvido, do contrário corre-se o risco de esse ser fruto da mídia idealizada por Charaudeau (2015), ou pior, de ter sido gerado pela ingenuidade da política teorizada também pelo mesmo autor (2017). Feitas as devidas considerações, tanto específicas quanto gerais, acredita-se que a presente análise pode contribuir para uma compreensão mais aprofundada dos mecanismos de

fabricação de verdades e, ao mesmo tempo, de maneira mais pretensiosa, para a ampliação de um repertório consistente acerca de como fenômenos do cotidiano são transformados em discurso para condicionar informações, conduzir condutas e, por extensão, para manipular a formação da opinião.

Referências

- Barros Filho, C. (2018). *O que é política?* In C. Barros Filho et al. (Orgs.), *Política: nós também sabemos fazer* (pp. 11–38). Vozes.
- Charaudeau, P. (2015). *Discurso das mídias* (Â. M. S. Corrêa, Trad.; 2ª ed.). Contexto.
- Charaudeau, P. (2017). *Discurso político* (F. Komesu & D. F. Cruz, Trads.; 2ª ed.). Contexto.
- Dreyfus, H., & Rabinow, P. (Orgs.). (1995). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica* (V. Porto, Trad.). Forense Universitária.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica* (V. Porto, Trad., pp. 231–249). Forense Universitária.
- Foucault, M. (2004). Sexualidade e poder. In M. B. Motta (Org.), *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política* (E. Monteiro & I. A. D. Barbosa, Trads., 3ª ed., pp. 56–76). Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica – Curso dado no Collège de France (1978-1979)* (E. Brandão, Trad.). Martins Fontes.
- Foucault, M. (2009). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* (L. F. A. Sampaio, Trad., 18ª ed.). Edições Loyola.
- Foucault, M. (2012). *A arqueologia do saber* (L. F. B. Neves, Trad., 8ª ed.). Forense Universitária.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (R. Ramalheite, Trad., 42ª ed.). Vozes.
- Han, B.-C. (2020). *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder* (M. Liesen, Trad., 7ª ed.). Editora Âyiné.
- Milhomem, F. (2025, 15 de janeiro). Entre as ruas e os gabinetes: o contraste entre Eduardo Siqueira Campos e Cinthia Ribeiro. *Jornal Opção Tocantins*. Disponível em: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/faltou-dizer/entre-as-ruas-e-os-gabinetes-o-contraste-entre-eduardo-siqueira-campos-e-cinthia-ribeiro-551822/>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.
- Soares, T. B. (2019). Sentido da voz: uma análise das unidades do discurso presentes no campo da oratória. *Revista Humanidades e Inovação*, 6(8), 269–280. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/929>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.
- Soares, T. B., & Boucher, D. F. (2024). *Projeções discursivas do Norte: efeitos de resistência, conscientização e consolidação identitária do Tocantins*. Pontes Editores.

ABSTRACT

This article aims to investigate the knowledge-power relations existing in the article "Entre as ruas e os gabinetes: o contraste entre Eduardo Siqueira Campos e Cinthia Ribeiro" (Milhomem, 2025), published on the virtual portal Jornal Opção. To achieve the purpose outlined for this study, the renowned instrument of Archeogenealogical Discourse Analysis is used, through the use of its operational concepts, discourse unit, objectification and governmentality, these instruments are applied in the process of investigating the dynamics of knowledge-power present in the object of analysis of this study. As a result, it was possible to identify the populist and bureaucratic discourse units; in addition, given the concretization of objectification, the participation of governmentality was verified, not by a government body, but by a communication agency.

KEYWORDS: Political discourse; Media discourse; Archeogenealogy of discourse.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo investigar las relaciones conocimiento-poder que existen en el artículo "Entre as ruas e os gabinetes: o contraste entre Eduardo Siqueira Campos e Cinthia Ribeiro" (Milhomem, 2025), publicado en el portal virtual Jornal Opção. Para lograr el propósito planteado en este estudio, se utiliza el reconocido instrumento de Análisis del Discurso arqueógeno, mediante el uso de sus conceptos operativos, unidad del discurso, objetivación y gubernamentalidad, estos instrumentos se aplican en el proceso de investigación de la dinámica conocimiento-poder. presente en el objeto de análisis de este estudio. Como resultado, fue posible identificar las unidades del discurso populista y burocrático. Además, dada la materialización de la cosificación, la participación de la gubernamentalidad fue verificada, no por un organismo gubernamental, sino por una agencia de comunicación.

PALABRAS CLAVE: Discurso político; Discurso mediático; Archeogenealogía del discurso.